



Governo do Distrito Federal
Polícia Civil do Distrito Federal
Divisão de Arquitetura e Engenharia
Seção de Projetos e Edificações

Estudo Técnico Preliminar - ETP - PCDF/DGPC/DAG/DAE/SPE

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Trata-se de estudo técnico preliminar para subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos elevadores instalados nas dependências da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 1.2. Os serviços têm natureza continuada e caráter essencial, considerando que os elevadores são equipamentos indispensáveis ao funcionamento das unidades administrativas e operacionais, impactando diretamente a segurança dos usuários, a acessibilidade e a continuidade das atividades institucionais.
- 1.3. O presente estudo visa avaliar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando a continuidade do serviço, a confiabilidade dos equipamentos e a mitigação de riscos à PCDF.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Necessidade da Contratação

- 2.1.1. Disponibilização permanente de serviços integrados de manutenção corretiva, preditiva e preventiva para os elevadores e plataformas elevatórias da PCDF, a fim de garantir o adequado funcionamento e o bom estado de conservação desses equipamentos, bem como a acessibilidade e segurança dos usuários.

2.2. Fundamentação Legal

- 2.2.1. A Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF possui a incumbência, *ressalvada a competência da União, de exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares*, conforme estabelecido na Constituição Federal. Seu Plano Estratégico para os anos 2024 a 2027 (Programa Avançar - 3º Ciclo) apresenta a missão de "*proporcionar segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho da função de polícia judiciária e na promoção da cidadania*" e como visão "*consolidar a credibilidade institucional, firmando-se como instituição policial de referência*".
- 2.2.2. Para tanto, a PCDF dispõe de unidades orgânicas especializadas em sua estrutura administrativa as quais, em conjunto, visam o alcance das funções essenciais da Instituição. Essas unidades, no âmbito de suas atribuições especificadas na [Resolução Nº 01, do Conselho Superior de Polícia Civil, de 07 de março de 2023](#), buscam continuamente uma atuação mais eficiente, necessitando para tanto, de uma adequação de recursos materiais, humanos e tecnológicos.
- 2.2.3. As atribuições da Divisão de Arquitetura e Engenharia se encontram relacionadas no Art. 70 da Resolução nº 08, do Conselho Superior de Polícia Civil, de 15 de novembro de 2025:

Art. 70. À Divisão de Arquitetura e Engenharia – DAE, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Departamento de Administração Geral, compete:

- I - planejar, dirigir, organizar, orientar, controlar e avaliar a execução das atividades relacionadas a obras e serviços de engenharia;
- II - avaliar as necessidades de construção de imóveis para a Polícia Civil do Distrito Federal;
- III - zelar pelos bens imóveis da Polícia Civil do Distrito Federal, atentando para sua correta utilização;
- IV - vistoriar imóveis próprios ou locados pela Polícia Civil do Distrito Federal, apresentando relatório técnico sobre as necessidades de execução de reparos e manutenções;
- V - estabelecer as medidas necessárias para a preservação do meio ambiente nas áreas sob a

administração da Polícia Civil do Distrito Federal;

VI - acompanhar a execução dos contratos pertinentes à sua área de atuação;

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

2.2.4. Nesse sentido, a Divisão de Arquitetura e Engenharia - DAE planeja, analisa, coordena, controla, elabora e executa, de forma contínua e rotineira, estudos, projetos de arquitetura e engenharia, orçamentos, fiscalização de obras e manutenção predial das novas edificações da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como realiza reforma, ampliações e manutenções das edificações existentes, visando modernizar a estrutura física da instituição, além de proporcionar conforto e bem-estar aos servidores, colaboradores e demais usuários, tanto no que diz respeito às instalações prediais quanto aos seus adornos.

2.2.5. A manutenção de elevadores e plataformas elevatórias constitui serviço essencial para assegurar o pleno funcionamento desses equipamentos, especialmente em edificações públicas, nas quais a continuidade do serviço é indispensável para o regular desempenho das atividades institucionais da Administração Pública.

2.2.6. No âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, a manutenção adequada desses equipamentos é necessária para garantir condições seguras de uso, prevenir falhas operacionais e reduzir o tempo de indisponibilidade, contribuindo para a preservação da vida útil dos sistemas e para a mitigação de custos decorrentes de reparos emergenciais ou substituições prematuras de componentes.

2.2.7. A responsabilidade pela conservação e manutenção das edificações e de seus equipamentos encontra respaldo no Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE, instituído pela Lei nº 6.138/2018, que estabelece:

Art. 15. Constitui responsabilidade do proprietário do lote, projeção ou unidade imobiliária autônoma:

[...]

VII – apoiar as providências de manutenção, integridade e preservação das condições de acessibilidade, estabilidade, segurança e salubridade da obra e das edificações.

2.2.8. Adicionalmente, as normas técnicas aplicáveis determinam a necessidade de manutenção periódica desses equipamentos. A ABNT NBR 16.083 estabelece que as instalações de elevadores devem ser mantidas em boas condições de funcionamento, conforme as orientações do instalador, mediante manutenção regular destinada a assegurar, especialmente, a segurança da instalação. De forma semelhante, a ABNT NBR 9386-1 dispõe que as plataformas de elevação e seus acessórios devem ser mantidos em adequado estado de funcionamento, recomendando a realização de manutenção periódica.

2.2.9. No âmbito distrital, o Decreto nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei nº 6.138/2018, determina em seu art. 138 a obrigatoriedade de instalação de, no mínimo, um elevador que atenda aos pavimentos superiores e aos subsolos em edificações com mais de quatro pavimentos.

2.2.10. Por fim, a Lei Distrital nº 2.511, de 30 de dezembro de 1999, institui a obrigatoriedade da inspeção anual de segurança nos elevadores dos prédios comerciais, residenciais e públicos do Distrito Federal.

2.2.11. Sob a perspectiva da acessibilidade, a ABNT NBR 9050 inclui os elevadores no conceito de rota acessível, caracterizando-os como elementos de circulação vertical indispensáveis para garantir deslocamento autônomo, seguro e independente entre os diferentes ambientes da edificação.

2.2.12. Nesse mesmo sentido, a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece:

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

2.2.13. De acordo com o inciso XII do §3º do art. 123 da Lei nº 6.138/2018, constitui infração grave deixar de garantir a acessibilidade universal em todos os acessos à edificação.

2.3. Das razões de fato

2.3.1. A manutenção dos equipamentos de transporte vertical se relaciona diretamente ao princípio da continuidade do serviço público, uma vez que a indisponibilidade desses sistemas pode comprometer o funcionamento regular das unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, afetando tanto servidores quanto cidadãos que utilizam as dependências do órgão.

2.3.2. No caso concreto, os **Contratos nº 28/2021(64785865) , nº 29/2021 (65820641) e nº 30/2021 (64786289)** encontram-se **vigentes até 07/06/2026** (processo SEI de nº 0052-000468/2017), sem

possibilidade de renovação por já terem atingido o limite legal.

2.3.3. Registra-se que a PCDF não dispõe, em seu quadro de pessoal, de servidores com qualificação técnica específica, habilitação profissional e registro em conselho competente para execução dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias, tampouco possui estrutura técnica e ferramental especializado necessário à adequada execução dessas atividades, razão pela qual resta inviável a execução direta do objeto.

2.3.4. Ressalte-se que a necessidade da contratação não decorre apenas do encerramento dos contratos vigentes, mas da natureza permanente e essencial do serviço de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias, indispensável à continuidade das atividades institucionais e à garantia de segurança e acessibilidade nas edificações da PCDF. O término dos contratos atuais apenas reforça a necessidade de instrução tempestiva do novo procedimento licitatório para a contratação de empresas especializadas para a prestação continuada de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias da PCDF.

2.4. **Da Natureza**

2.4.1. O objeto da presente contratação enquadra-se na classificação de **serviço comum de engenharia**, por se tratar de serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de adequação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, alínea a), da Lei nº 14.133/21. Trata-se, pois, de conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

2.4.2. Por conseguinte, o serviço de engenharia é classificado como de caráter comum nesta contratação, pois se enquadra como serviço de amplo domínio do mercado sobre as técnicas necessárias para sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

2.4.3. Tem a natureza de serviço continuado "sem dedicação de mão de obra", nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, sob regime de empreitada por preço unitário, com ressarcimento de peças, componentes e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos, podendo, portanto, ser contratado por meio de Pregão Eletrônico.

2.5. **Do Prazo de vigência**

2.5.1. Em razão da classificação da presente contratação como serviço continuado, há a possibilidade, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos, conforme previsto em seu art. 106, de celebração de contratos com prazo de até 5 (cinco) anos de vigência. Tal possibilidade está condicionada à observância das diretrizes estabelecidas nos incisos que compõem o referido artigo, ou seja, maior vantagem econômica, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, sendo assegurada a possibilidade de extinção do contrato, sem ônus, quando a Administração não dispuser de créditos orçamentários ou quando o contrato não lhe oferecer vantagem.

2.5.2. Tendo em vista a habitualidade e essencialidade do serviço, a vigência plurianual se mostra mais vantajosa considerando a necessidade de assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente e para manter o funcionamento das atividades finalísticas da CONTRATANTE, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público, e, em última instância, o cumprimento da missão institucional.

2.5.3. Para o caso concreto, em razão da quantidade equipamentos a serem mantidos, aliado à heterogeneidade de marcas e modelos, que exigem, muitas das vezes, levantamento de peças e manutenções específicas junto aos fornecedores, traz uma grande complexidade e morosidade à instrução processual de um contrato de manutenção de elevadores, exigindo da equipe de planejamento da contratação muito tempo e um prazo considerável para que o resultado final atinja os objetivos esperados e atenda, ainda, aos requisitos legais e às recomendações dos órgãos de controle.

2.5.4. Ademais, há de se contabilizar ainda todo o período de implantação do novo contrato, que traz mais uma vez uma sobrecarga de trabalho aos gestores e fiscais do contrato, já que a adaptação de uma nova empresa às demandas e rotinas previstas não é imediata, além de promover uma certa descontinuidade na prestação dos serviços até que ocorra a devida adaptação da nova empresa.

2.5.5. Pelos motivos acima expostos e visto que as contratações anteriores foram renovadas até o

limite legal permitido, entendemos que a utilização da vigência contratual de 5 (cinco) anos traria grandes benefícios, inclusive econômicos, à Administração, tendo em vista que os recursos humanos envolvidos em uma nova instrução processual poderiam ser utilizados para outras contratações e atividades durante o período contratual proposto, otimizando, dessa forma, o uso de recursos humanos e permitindo uma maior eficiência nas atividades relacionadas a contratações públicas.

2.5.6. Será adotado um prazo de duração do contrato de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos se houver interesse da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.6.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL	MATRÍCULA
Divisão de Arquitetura e Engenharia	Cleber Scoralick Júnior - Diretor DAE	177.681-9

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Requisitos necessários para o atendimento da necessidade**

4.1.1. A contratada deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/2021 e atender o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.1.2. Para a prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá ter em seus quadros profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado.

4.1.3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o Histórico de Manutenção do elevador, o qual deverá estar disponível à CONTRATANTE, em formato acordado entre ambas as partes, no qual serão reportados todos os fatos ou ocorrências no âmbito da prestação dos serviços que constituirá o objeto desta contratação. Deverá conter no elevador o histórico das manutenções realizadas.

4.1.4. Utilizar apenas peças originais ou genuínas e seguir as recomendações dos fabricantes.

4.2. **Requisitos de Sustentabilidade Ambiental**

4.2.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo às boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas no âmbito da PCDF e do Distrito Federal, segundo as seguintes diretrizes:

- a) Os materiais básicos empregados pela empresa deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- b) Sempre que haja viabilidade e desde que haja similares no mercado, deverá ser dada preferência a materiais com maior índice de eficiência energética.
- c) A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, com vista a analisar se algum desses têm excessivo impacto ambiental, podendo vir a solicitar a vedação de novas compras e instalações desses produtos e materiais para preservar o meio ambiente.
- d) A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.
- e) A empresa deverá retirar, sob orientação da fiscalização, todos os materiais substituídos ou rejeitados durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE, ou descarte, que será

de responsabilidade da CONTRATADA.

f) Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas, cabos, restos de óleos e graxas, e outros itens inservíveis, deverão ser adequadamente separados e acondicionados para descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

g) A CONTRATADA deverá estabelecer, conforme orientações da CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética das edificações e de seus equipamentos.

h) A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico dos equipamentos mantidos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência.

4.2.2. Além dos critérios de sustentabilidade no âmbito da PCDF e do Distrito Federal, deverão ser atendidos os requisitos:

a) Os materiais empregados nas peças, equipamentos e insumos utilizados na manutenção dos aparelhos deverão priorizar a redução de impacto ambiental;

b) As peças deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar se estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;

c) Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados na execução do serviço;

d) Caso as peças apresentadas possuam marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante.

4.3. **Requisitos de Sustentabilidade Social**

4.3.1. Por fim, com relação à sustentabilidade social, deverá haver:

a) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (CF/88, art. 7º, XXXIII);

b) Vedação ao nepotismo (Decreto Distrital nº 32.751/2011);

c) Proibição de uso de mão de obra infantil (Lei Distrital nº 5.061/2013);

d) Publicação no sítio da PCDF e no Portal da Transparência (Lei Distrital nº 5.575/2015)

e) Cumprimento da legislação de proteção aos excluídos, aos portadores de necessidades especiais, às pessoas com idade acima de quarenta anos, aos trabalhadores inscritos no cadastro unificado das Agências do Trabalhador do Distrito Federal, aos empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido, aos menores de idade, aos idosos, à mulher, aos apenados, conforme disposto nas Leis Distritais nº 4.079/2008, 3.985/2007, 4.118/2008, 4.766/2012, 4.794/2012 e 5.448/2015 e Decreto Distrital nº 38.365/2017.

4.4. **Requisitos de Tratamento de Dados Pessoais**

4.4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709 (LGPD), de 14 de agosto de 2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.4.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

4.4.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.4.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.4.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.4.8. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.5. Transição Contratual

4.5.1. Os Serviços de Manutenção de Elevadores requerem a promoção de adequada transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.5.2. Essas ações devem ser empreendidas tanto no início da execução dos serviços, obtendo dados e histórico da contratação atualmente vigente, bem como ao final do ciclo, quando sobrevier nova contratação.

4.6. Limite de Subcontratação Admitido

4.6.1. O limite total de subcontratação será apresentado no Termo de Referência.

4.7. Habilitação Técnica

4.7.1. Quanto à habilitação técnica serão considerados os itens de maior relevância ou valor significativo, nos termos do Art. 67, inc. VI, § 1º, da Lei 14.133/2021, a ser detalhado no Termo de Referência.

4.8. Requisitos Legais

4.8.1. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer às seguintes leis e normas:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;
- c) Portaria nº 52/PCDF, de 19 de maio de 2020 - Institui o Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal;
- d) NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- e) NBR 17.170 - Edificações - Garantias - Prazos Recomendados;
- f) ABNT NBR 10152 - Níveis de Ruído para Conforto Acústico;
- g) NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- h) NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- i) NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinados;
- j) NR 35 - Trabalho em Altura;
- k) ABNT NBR 5.665 - Dimensionamento de elevadores;
- l) ABNT NBR 16.858 - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação;
- m) ABNT NBR 16.083 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes - Requisitos para instruções de manutenção;

4.8.2. Todas as outras normas não citadas e que tenham relação com os serviços e materiais a serem fornecidos também deverão ser obedecidas.

4.9. **Requisitos de Qualidade e Desempenho**

4.9.1. Será definida forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, devendo ser empregado Instrumento de Medição de Resultado – IMR, de forma a propiciar a prestação do serviço e o fornecimento de materiais de qualidade.

4.9.2. Por se tratar de uma contratação de manutenção de elevadores e plataforma elevatória, a qualidade e o desempenho geralmente são mensurados pela disponibilidade dos equipamentos, ou seja, busca-se a operação normal ininterrupta dos elevadores.

4.9.3. Serão aferidos dois prazos: i) prazo para atendimento do chamado e ii) prazo para reparo. A combinação desses dois fatores será utilizada para calcular um indicador de resultado.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Preliminarmente, cumpre esclarecer que a PCDF não dispõe de equipe especializada para manutenção corretiva e preventiva, impossibilitando a execução direta dos serviços. Dessa forma, a execução dos serviços deverá ocorrer de maneira indireta, mediante contratação de terceiros.

5.2. Com efeito, a descentralização administrativa das atividades complementares à execução de serviços públicos é um fenômeno observado na Administração Pública moderna. No Distrito Federal, o efeito encontra-se respaldado no Decreto Distrital Nº 39.978, de 25/07/2019, que, entre outras disposições, fixou as atividades que não são passíveis de execução indireta, não tendo sido incluído nesse rol o objeto da presente contratação.

5.3. Em suma, a referida contratação, que conforme preceito legal deve preferencialmente ser objeto de execução indireta, destina-se ao atendimento da demanda da PCDF por serviços de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias, a fim de manter satisfatórias as condições de locomoção vertical em suas unidades e propiciando o acesso a todos os pavimentos de pessoas com dificuldade de locomoção.

5.4. Diante de todo o cenário normativo e fático, a prestação dos Serviços de Manutenção de Elevadores e Plataformas Elevatórias por meio de execução indireta (terceirização) se constitui de fato na alternativa mais eficiente e eficaz para a PCDF, além de ser uma solução amplamente utilizada no setor público.

5.5. Para o levantamento de mercado foram analisados processos similares feitos por outros órgãos, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>). O objetivo foi identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.5.1. Seguem alguns órgãos identificados:

- Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF (PE nº 90017/2025);
- Câmara dos Deputados – CD (PE nº 90.033/2024);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF - CREA-DF (PE nº 19/2023);
- Tribunal Regional Federal – TRF SEC.1A.REG.-DF (PE nº 90.015-2024);
- Justiça Federal de Primeiro Grau do DF (PE nº 49/2023);
- Tribunal Regional do trabalho da 10ª Região - TRT (PE nº 72/2023);
- Grupamento de Apoio do DF (PE nº 110/2023);
- Fundo de Imprensa Nacional (PE nº 90.003/2024);
- Centro de Intendência da Marinha em Brasília (PE nº 90.039-2024); e
- Conselho da Justiça Federal – CJF (PE nº 90.001/2024).

5.6. De forma geral, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, a solução mais utilizada é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

5.7. Nas licitações mencionadas acima foram identificadas diversas empresas participantes, conforme informações contidas no PNCP, demonstrando que a solução escolhida não é restritiva.

5.8. Da pesquisa realizada nos órgãos relacionados, observa-se que todos consideram a execução indireta, sem a utilização de postos de trabalho. Nesse sentido, há que se considerar o volume de serviço mensal a ser realizado ou a importância de pronto atendimento na resolução de emergências. No caso concreto, não se identificou quantidade de equipamentos suficientes para que se justifique a permanência de equipe residente (dedicação exclusiva). Tampouco se identificou situações emergenciais (resgate por exemplo) que historicamente haja extrapolado prazos razoáveis de atendimento.

5.9. A análise das possibilidades de contratação com base nas contratações similares da Administração Pública, é tratada no quadro a seguir.

Modelagem da contratação	Características
Contratação de serviço continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra, COM ressarcimento de peças.	<ul style="list-style-type: none"> • É a mais usual no mercado; • O valor da contratação inclui valor para ressarcimento de todas as peças e eventos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial; • Os custos são mais fáceis de mensurar, evitando despesas inesperadas com componentes caros; • A pronta substituição de peças danificadas reduz o tempo de inatividade dos elevadores, garantindo maior disponibilidade; • Redução de custos administrativos para elaboração e tramitação de processos de aquisição de peças de reposição sempre que necessário; • Indefinição para o contratado quanto ao custo final de manutenção dos equipamentos, tendo em vista a incerteza da reposição de peças que serão necessárias;
Contratação de serviço continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra, SEM ressarcimento de peças.	<ul style="list-style-type: none"> • É pouco usual no mercado; • O valor da contratação inclui os eventos de manutenção preventiva e pode ou não contemplar os de manutenção corretiva e emergencial; • Custo inicial do contrato tende a ser mais baixo do que na contratação integral por não incluir as peças, as quais serão pagas separadamente e por demanda; • A necessidade de reposição de peças pode levar a despesas inesperadas e elevadas, tornando os custos totais menos previsíveis; • A demora na aquisição de peças pode aumentar o tempo de inatividade dos elevadores; • Necessidade de elaboração constante de orçamentos para as peças de reposição que sejam necessárias, com a utilização de pesquisas de mercado com fornecedores, em vista da omissão do SINAPI e outras fontes oficiais com relação aos equipamentos de transporte vertical; • Na manutenção corretiva e emergencial, o pagamento poderá ser de acordo com a demanda ou já incluso na proposta da empresa, independente da quantidade necessária de visitas;

5.10. Justificativa da Solução Escolhida

5.11. Conforme análise das opções apresentadas acima, a solução que se mostra mais adequada à realidade da PCDF é a **contratação do serviço de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias** de

forma indireta sem equipe técnica residente, **COM o ressarcimento de peças de reposição**, conforme já vem ocorrendo nos contratos atuais.

5.12. Do ponto de vista técnico, esse tipo de contratação mostra-se mais eficiente, pois permite a compatibilidade, padronização e uniformidade dos serviços prestados, além de garantir o fornecimento dos componentes e peças necessários para a execução dos serviços.

5.13. Em suma, a contratação de forma indireta sem equipe técnica residente, com ressarcimento de peças, é o formato que vem funcionando com eficiência no âmbito da PCDF, de acordo com avaliação da atual equipe de Gestão e Fiscalização do contrato, bem como dos gestores superiores, além de gerar mais segurança, eficiência e economicidade, comparando com as demais hipóteses.

5.14. Nesta solução, para a execução dos serviços de manutenção é auferido um valor mensal para cada equipamento, que compreende os serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial, independentemente do número de chamados, incluso materiais e equipamentos e valor mensal destinado ao ressarcimento das peças utilizadas nos reparos.

5.15. O ressarcimento de peças agiliza a execução dos serviços, pois a CONTRATADA fica encarregada de toda a gestão de compra, estoque e aplicação, evitando os longos ritos de compra da Administração Pública, gerando economia, pois a CONTRATANTE pagará somente o material que for efetivamente aplicado.

5.16. A inclusão de peças de reposição no contrato permite uma maior previsibilidade e controle dos custos. O valor fixo mensal dos serviços de manutenção e o ressarcimento das peças de reposição evita que a PCDF venha a pagar por peças que não foram utilizadas, tendo em vista a possibilidade destas peças não serem substituídas durante a contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Descrição Geral

6.1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de engenharia, adotando como regime de execução a empreitada por preço unitário. A prestação dos serviços prevista será de natureza continuada, tendo em vista sua habitualidade e essencialidade.

6.1.2. A solução consiste na prestação por empresa especializada, de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS** instalados nas dependências da Polícia Civil do Distrito Federal, compreendendo o fornecimento total de mão de obra, e, mediante ressarcimento, de peças, componentes e acessórios.

6.1.3. Considerando as características técnicas dos equipamentos existentes nas unidades da Polícia Civil do Distrito Federal, a solução adotada contempla a divisão da contratação em grupos por fabricante dos elevadores. Essa segmentação reflete a própria estrutura de atuação do mercado especializado em manutenção de transporte vertical, no qual empresas normalmente possuem expertise específica em determinadas marcas e tecnologias.

6.1.4. Dessa forma, o objeto foi estruturado em 04 (quatro) Grupos:

- Grupo 01 – Elevadores da marca Atlas Schindler;
- Grupo 02 – Elevadores da marca Otis;
- Grupo 03 - Elevadores da marca Orona;
- Grupo 04 - Elevadores e Plataformas Elevatórias da marca Thyssen Krupp.

6.2. Os serviços objeto deste documento serão executados por **equipe não residente** disponibilizada pela CONTRATADA, que deve obrigatoriamente obedecer aos requisitos de formação profissional dispostos adiante em item próprio.

6.3. Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, suas peças, componentes e acessórios, inclusive de eventuais sistemas de biometria, de propriedade da CONTRATANTE que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos.

6.4. Das Definições utilizadas

- 6.4.1. **Manutenção:** é o conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o elevador em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenções periódicas e corretivas.
- 6.4.2. **Manutenção Preventiva:** é aquela cuja linha de ação é previamente indicada em recomendações dos fabricantes, nas normas técnicas e nas especificações técnicas dos serviços constantes do presente Instrumento, com o objetivo de prevenir a ocorrência de danos e defeitos nos equipamentos, preservando sua eficiência e mantendo-os em perfeito funcionamento. Como exemplos: lubrificações, ajustes, substituição antecipada de peças desgastadas pelo uso, etc.
- 6.4.3. **Manutenção Corretiva Normal:** Uma série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos elevadores, recolocando-os em perfeitas condições de funcionamento, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, seguidos de ajustes, correções e testes de acordo com as normas e as boas práticas.
- 6.4.4. **Manutenção Corretiva Emergencial:** São ações de manutenção corretiva, classificadas como urgentes pelo CONTRATANTE, cujo tempo para atendimento é reduzido, sem acréscimos de valor no contrato, com a finalidade de sanar defeitos apresentados nos equipamentos, que comprometam a segurança de pessoas, dos aparelhos e da edificação, bem como a satisfação de necessidades urgentes do CONTRATANTE; e para retirar pessoas eventualmente presas nos elevadores. Caso haja necessidade de substituição de peças, deverá ser dado o mesmo tratamento utilizado para a manutenção corretiva. Este tipo de manutenção poderá ser realizado em qualquer horário e dia da semana.
- 6.5. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.
- 6.6. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados.
- 6.7. Caso os serviços não puderem ser executados nos locais de uso, por motivos técnicos, a CONTRATADA retirará os equipamentos, mediante prévia aprovação e avaliação da CONTRATANTE, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 6.8. Ocorrendo o previsto no item anterior, a CONTRATANTE avaliará sobre a necessidade de se substituir imediatamente o componente, de acordo com o uso do equipamento, o tipo de equipamento/peça, facilidade de se ter em estoque ou de se encontrar no mercado. Caso ocorra, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outros componentes com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes apresentando as mesmas características dos componentes retirados, sem ônus para a CONTRATANTE, os quais somente poderão ser retirados quando da reinstalação dos componentes originais devidamente corrigidos.
- 6.9. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas conforme cronograma de manutenções preventivas, requisição da CONTRATANTE e através de chamados de emergência.
- 6.10. A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h, além de manter plantão de emergência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados para reparo dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine.
- 6.11. Fora deste horário, ou dos dias retromencionados, quaisquer serviços deverão ser autorizados pela CONTRATANTE, sem ônus adicional ao regularmente contratado.
- 6.12. O prazo máximo para atendimento das chamadas feitas pelo CONTRATANTE para manutenção corretiva emergencial, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em qualquer dia da semana e nos finais de semana, será de até 2 (duas) horas, exceto nos casos de acidentes ou pessoas presas na cabine, em que o prazo máximo de atendimento, após o chamado, será de até 30 (trinta) minutos.
- 6.13. A CONTRATANTE poderá solicitar a presença do técnico fora dos horários e dias definidos, mediante autorização de serviços extraordinários.
- 6.14. A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas.
- 6.15. As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA.
- 6.16. A CONTRATADA deverá realizar periodicamente análise de óleo para subsidiar intervenções de

substituição do fluido utilizado na unidade hidráulica, se for o caso.

6.17. A CONTRATADA deverá, ainda, observar os seguintes itens:

- Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.
- Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA; exceto os previstos neste documento.

6.18. Rotinas Mínimas de Manutenção Preventiva

6.18.1. As ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da emissão da ordem de serviço, providenciar TODAS as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo todas as recomendações dos fabricantes e Normas Técnicas. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia da CONTRATANTE, de forma a verificar sua adequação.

6.18.2. Estará anexo ao Termo de Referência as ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA com suas respectivas periodicidades.

6.18.3. Além dos próprios elevadores, suas peças, componentes e acessórios, fazem parte da manutenção todo o cabeamento de ligação destes equipamentos desde o quadro elétrico. Fazem parte ainda os quadros de comando, chave reversora e todos os outros itens que forem necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

6.18.4. Quaisquer questões de natureza técnica, atinentes ao processo licitatório, à realização dos serviços, à execução do contrato, ou qualquer outro fato relativo ao presente objeto será decidida em última instância pela Divisão de Arquitetura e Engenharia da PCDF – DAE/DAG.

6.19. Do fornecimento de Insumos, Equipamentos, Ferramentas, Peças, Componentes e Acessórios

6.19.1. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os insumos necessários à execução dos serviços, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pregos, pincéis, óleos e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso.

6.19.2. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os equipamentos, ferramentas, assim como produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

6.19.3. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da CONTRATADA, devidamente assinada pelo responsável.

6.19.4. As peças, componentes ou acessórios utilizados nas manutenções corretivas, serão ressarcidas a CONTRATADA.

6.19.5. Para o ressarcimento de peças, componentes ou acessórios deverá ser obedecido o procedimento a seguir:

6.19.5.1. O ressarcimento à CONTRATADA será realizado junto com a fatura mensal dos serviços ou por meio de documentação específica para aquisição desses produtos, obedecendo as planilhas vigentes de peças dos fabricantes/representantes que serão anexas ao TR, **não exaustivas**,

após a incidência do percentual de desconto oferecido no pregão.

6.19.5.2. Para obter o ressarcimento referente a itens eventualmente não constantes no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações obtidas junto aos seus fornecedores para aprovação prévia da CONTRATANTE. Será levada em conta a cotação mínima de mercado e as qualidades técnicas do produto e o desconto oferecido no momento do pregão.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. As quantidades relacionadas na pretensa contratação se referem ao número atual de elevadores e plataformas elevatórias efetivamente instalados nas unidades da PCDF, conforme levantamento técnico atualizado.

7.2. Todos serviços de manutenção devem ser fornecidos em periodicidade e quantidades suficientes, de modo a manter as rotinas mínimas de manutenção preventiva e corretiva apresentada acima e nas condições pormenorizadas verificadas na vistoria técnica.

7.3. Para as peças, manteve-se o critério aplicado nos contratos anteriores da PCDF, utilizando a lista de peças mais utilizadas em manutenções, fornecidas pelos fabricantes, que adotam um percentual de utilização anual de 10% por equipamento sobre o valor total desta lista de peças. O valor resultante será destinado ao ressarcimento das peças.

7.4. As peças e componentes devem ser originais, as mesma utilizadas pelo fabricante do equipamento. Esta exigência esta em consonância com a necessidade de padronização, prevista no artigo 41, inciso I da Lei 14.133/21. Ademais, as peças originais apresentam maior segurança, precisão, durabilidade e controle de qualidade, forma pela qual o interesse público será atendido satisfatoriamente. A aquisição de peças e componentes de marca diversa dos elevadores a que se destinam pode exigir adequações e adaptações na configuração original do fabricante, ocasionando danos aos equipamentos e comprometendo a segurança dos usuários.

7.5. Em suma, tem-se o escopo da contratação descrito conforme objeto abaixo:

RESUMO DA CONTRATAÇÃO	
GRUPO	DESCRIÇÃO
GRUPO 1	Serviços de Manutenção de Elevadores da marca Atlas Schindler .
	Serviço de fornecimento de peças e acessórios novos, originais ou genuínas.
GRUPO 2	Serviços de Manutenção de Elevadores da marca Otis .
	Serviço de fornecimento de peças e acessórios novos, originais ou genuínas.
GRUPO 3	Serviços de Manutenção de Elevadores da marca Orona .
	Serviço de fornecimento de peças e acessórios novos, originais ou genuínas.
GRUPO 4	Serviços de Manutenção de Elevadores e Plataformas Elevatórias da marca Thyssen Krupp .
	Serviço de fornecimento de peças e acessórios novos, originais ou genuínas.

7.6. Segue a baixo, relação dos equipamentos da PCDF que compõem os grupos bem suas respectivas localizações:

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS				
GRUPO	ITEM	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	QUANTIDADE
			Fabricante: Atlas Schindler	

1	1	DCA II Área especial, lote 01 Taguatinga - DF	Modelo: 3300 Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 03 (SS,T,1º) Capacidade: 09 Passageiros	1
	1	38ª DP Rua 04, chácara 192, área especial – Vicente Pires Brasília/DF	Fabricante: Atlas Schindler Modelo: 3300 Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 03 (SS,T,1º) Capacidade: 09 Passageiros	1
	1	15ª DP - QNM 02, área especial, conjunto G/H – Ceilândia/ DF	Fabricante: Atlas Schindler Modelo: 3300 Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 03 (SS,T,1º) Capacidade: 09 Passageiros	1
	1	16ª DP Setor Comercial Central, AE, Quadra 02, Bloco K Planaltina/ DF	Fabricante: Atlas Schindler Modelo: 3300 Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 03 (SS,T,1º) Capacidade: 09 Passageiros	1
	1	5ª Delegacia de Polícia SGAN 901, Lote A -Asa Norte – Brasília/DF	Fabricante:Atlas Schindler Modelo: 3300 Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 3 Capacidade: 09 passageiros	1
	1	Escola Superior de Polícia Civil QN 17, conj. 01, lote 01 e 02 - Riacho Fundo/DF	Fabricante Atlas Schindler Modelo: 3300 Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 4 Capacidade 09 passageiros	2
	2	Novo IML SPO – Conjunto A lote 23 Complexo da PCDF Brasília/DF	Fabricante Atlas Schindler Modelo: 3000 Velocidade: 0,75 m/s Paradas: 4 Capacidade 08 passageiros	3
	2	Novo IML SPO – Conjunto A lote 23 Complexo da PCDF Brasília/DF	Fabricante Atlas Schindler Modelo: 3000 Velocidade: 0,75 m/s Paradas: 3 Capacidade 08 passageiros	1
	3	Novo IML SPO – Conjunto A lote 23 Complexo da PCDF Brasília/DF	Fabricante Atlas Schindler Modelo: 5000 Velocidade: 1,00 m/s Paradas: 3 Capacidade 16 passageiros	1
	4	Instituto de Criminalística SPO – Lote 23 Complexo da PCDF Brasília/ DF	Fabricante: OTIS Modelo: A - GNL 1310 – 8AMD Velocidade: 1,0 m/s Paradas: 06 (2ºSS, 1ºSS, T, MEZANINO, 2º e 3º)	3

2	5	35ª DP Rodovia DF 420, Área Especial - Sobradinho II, Brasília/DF	Capacidade: 13 Passageiros	1
			Fabricante: OTIS	
			Modelo: A - GNL 0910 - 8AMD	
			Velocidade: 1,0 m/s	
			Paradas: 03	
3	6	Centro Tecnológico SPO – lote 23 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade: 9 Passageiros	1
			Fabricante: Orona	
			Modelo:3G 1010	
			Velocidade: -	
			Paradas: 3	
	7	Instituto de Identificação - II - SPO – lote 23 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade: 600Kg	1
			Fabricante: Orona	
			Modelo:3G 2015	
			Velocidade: 1,0 m/s	
			Paradas: 2	
4	8	Direção Geral SPO – lote 24 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade: 675Kg	1
			Fabricante: Thyssen Krupp	
			Modelo: Home Lift	
			Velocidade:	
			Paradas: 2	
	9	Direção Geral SPO – lote 24 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade: 225Kg	1
			Fabricante: Thyssen Krupp	
			Modelo: Plataforma Nº 100272	
			Velocidade:	
			Paradas: 2	
	10	Direção Geral SPO – lote 24 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade: 250 Kg	4
			Fabricante: Thyssen Krupp	
			Modelo:	
			Velocidade:	
			Paradas: 6	
	11	Direção Geral SPO – lote 24 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade 750Kg	2
			Fabricante: Thyssen Krupp	
			Modelo:	
			Velocidade:	
			Paradas: 6	
	12	Novo IML SPO – Conjunto A lote 23 Complexo da PCDF Brasília/DF	Capacidade: 600 Kg	1
			Fabricante: Thyssen Krupp	
			Modelo: Easy Vertical VEH10 - Plataforma nº TK_202.220_00	
			Velocidade: 0,10 m/s	
			Paradas: 2	
			Capacidade: 275 Kg	

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A planilha orçamentária foi elaborada considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 14.133/21, no parágrafo 2º do artigo 85 e artigo 93 do Decreto Distrital 44.330/23.

8.2. Em conformidade com a Lei 14.133/215, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330/23, a estimativa de preço foi elaborada por meio de preços públicos referentes a contratações similares, de propostas comerciais (solicitadas mediante e-mail), do Pannel de Mapa de Preço de Nota Fiscal Eletrônica do Distrito

Federal (onde não se obteve êxito na totalidade dos itens), em observância e cumprimento às regras contidas no art. 98 do Decreto nº 44.330/2023.

8.3. Com base nos quantitativos levantados no item anterior, foi possível determinar o valor de referência para **5 (cinco) anos** da presente contratação, o montante de **R \$ 4.611.114,60 (quatro milhões, seiscentos e onze mil cento e quatorze reais e sessenta centavos)**, conforme apresentado na tabela abaixo:

GRUPO 01 – Elevadores da marca ATLAS SCHINDLER								
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Estimado (Mensal)	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado	Valor Total Estimado para 5 anos
1	1	Manutenção de Elevador Marca/Modelo:Atlas Schindler – 3300 Serviço Contínuo	UND	7	R\$ 619,00	R\$ 4.333,00	R\$ 51.996,00	R\$ 259.980,00
	2	Manutenção de Elevador Marca/Modelo:Atlas Schindler – 3000 Serviço Contínuo	UND	4	R\$ 619,00	R\$ 2.476,00	R\$ 29.712,00	R\$ 148.560,00
	3	Manutenção de Elevador Marca/Modelo:Atlas Schindler – 5000 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 619,00	R\$ 619,00	R\$ 7.428,00	R\$ 37.140,00
	13	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: Atlas Schindler Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	12	R\$ 1.513,85	R\$ 18.166,20	R\$ 217.994,40	R\$ 1.089.972,00
	SUBTOTAL					R\$ 25.594,20	R\$ 307.130,40	R\$ 1.535.652,00
GRUPO 02 – Elevadores da marca OTIS								
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Estimado (Mensal)	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado	Valor Total Estimado para 5 anos
2	4	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: OTIS – A-GNL-1310-8ª-MD Serviço Contínuo	UND	3	R\$ 550,58	R\$ 1.651,74	R\$ 19.820,88	R\$ 99.104,40
	5	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: OTIS – A - GNL 0910 - 8AMD Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 550,58	R\$ 550,58	R\$ 6.606,96	R\$ 33.034,80

	14	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: OTIS Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	4	R\$ 2.395,42	R\$ 9.581,68	R\$ 114.980,16	R\$ 574.900,80
SUBTOTAL						R\$ 11.784,00	R\$ 141.408,00	R\$ 707.040,00
GRUPO 03 - Elevadores da marca ORONA								
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Estimado (Mensal)	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado	Valor Total Estimado para 5 anos
3	6	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: ORONA 3G 1010 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 534,11	R\$ 534,11	R\$ 6.409,32	R\$ 32.046,60
	7	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: ORONA 3G 2015 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 534,11	R\$ 534,11	R\$ 6.409,32	R\$ 32.046,60
	15	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: ORONA Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	2	R\$ 1.474,16	R\$ 2.948,32	R\$ 35.379,84	R\$ 176.899,20
	SUBTOTAL					R\$ 4.016,54	R\$ 48.198,48	R\$ 240.992,40
GRUPO 04 - Elevadores da marca THYSSEN KRUPP								
Grupo	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Estimado (Mensal)	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado	Valor Total Estimado para 5 anos
	8	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – Home Lift -225 KG Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 563,08	R\$ 563,08	R\$ 6.756,96	R\$ 33.784,80
	9	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP - Plataforma 250 KG Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 575,58	R\$ 575,58	R\$ 6.906,96	R\$ 34.534,80

4	10	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – 750 KG Serviço Contínuo	UND	4	R\$ 619,00	R\$ 2.476,00	R\$ 29.712,00	R\$ 148.560,00
	11	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – 600 KG Serviço Contínuo	UND	2	R\$ 879,44	R\$ 1.758,88	R\$ 21.106,56	R\$ 105.532,80
	12	Manutenção de Elevador Marca/Modelo: THYSSEN KRUPP – Easy Vertical VEH10 - Plataforma nº TK_202.220_00 Serviço Contínuo	UND	1	R\$ 550,58	R\$ 550,58	R\$ 6.606,96	R\$ 33.034,80
	16	Manutenção de Elevador Marca: THYSSEN KRUPP Fornecimento de Peças sob Demanda	UND	9	R\$ 3.281,45	R\$ 29.533,05	R\$ 354.396,60	R\$ 1.771.983,00
	SUBTOTAL					R\$ 35.457,17	R\$ 425.486,04	R\$ 2.127.430,20
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 76.851,91	R\$ 922.222,92	R\$ 4.611.114,60

Observação: A estimativa de valor da contratação realizada no ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Em observância ao disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o objeto foi parcelado em grupos conforme o fabricante dos equipamentos, considerando a especificidade técnica dos sistemas de transporte vertical e a segmentação existente no mercado de manutenção de elevadores.

9.2. Este parcelamento encontra-se em consonância com art. 47 da Lei 14.133/2021:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. Com a divisão em grupos, é esperada competitividade mais acirrada, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda de economia de escala, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.

9.4. Assim, foram estabelecidos 04 (quatro) grupos, quais sejam:

- Grupo 01 – Elevadores da marca Atlas Schindler;
- Grupo 02 – Elevadores da marca Otis;
- Grupo 03 - Elevadores da marca Orona;
- Grupo 04 - Elevadores da marca Thyssen Krupp.

9.5. Cada grupo contempla atividades inter-relacionadas e, via de regra, executadas por empresas do mesmo ramo de atuação e prestação de serviços terceirizados. Parcelamento adicional não implicaria em ampliação da competitividade e em ganhos econômicos, pois as mesmas licitantes participariam da licitação. Como existem interface e interdependência nos serviços de cada grupo, é preciso acrescentar o fato de que a subdivisão excessiva do objeto criaria sérias dificuldades, assim como para responsabilização por eventuais resultados negativos, descumprimentos contratuais e danos, comprometendo a garantia, o prazo de execução, a qualidade e, conseqüentemente, prejudicando o conjunto do serviço.

9.6. Com efeito, lidar com um quantitativo racionalizado de fornecedores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação. E mais: o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

9.7. Ademais, a Polícia Civil do Distrito Federal, como órgão de segurança pública responsável pela investigação penal e pelas atribuições de polícia judiciária, desenvolve internamente em suas instalações físicas uma série de procedimentos sensíveis, como lavratura de flagrantes, realização de perícias, desenvolvimento de atividades de inteligência, guarda de objetos de crime (inclusive armas e drogas) e custódia de pessoas. Por conseguinte, é preciso preservar o máximo possível a rotina das unidades policiais, que são afetadas por eventuais descompassos na prestação/fornecimento de serviços/produtos por diferentes fornecedores, assim como pelo trânsito de um número crescente de pessoas e funcionários.

9.8. Resta claro, portanto, que o formato adotado, com parcelamento em 04 (quatro) grupos, não restringirá a competitividade e permitirá ainda economia de escala e, como resultado final, a solução mais econômica para a Administração.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Correlatas são contratações que guardam relação com a prestação de serviço em estudo, interligando-se a essa, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do serviço.

10.2. Interdependentes, por seu turno, são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com a prestação de serviço em estudo para a sua completa prestação.

10.3. O escopo desta contratação é completo de modo que não se faz necessária contratação correlata e/ou interdependente para atendimento do objeto principal, qual seja, manutenção dos elevadores e plataformas elevatórias.

10.4. Adicionalmente, informamos que não foram identificadas contratações em andamento ou já efetivadas, correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Compras e Contratações - PACC da PCDF para o ano de 2026 no item 12 do Anexo C (Caderno Explicativo de Custeio).

11.1.1. O PACC/PCDF está em conformidade com a Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027.

11.2. Alinhamento Estratégico

11.2.1. O objeto encontra-se em consonância com os seguintes Objetivos Estratégicos do Mapa Estratégico da Polícia Civil do Distrito Federal, parte integrante do PROGRAMA AVANÇAR - 3º Ciclo (2024-2027), que orienta os programas, ações, atividades, indicadores e metas de gestão, assim como elaboração dos demais planos e a identificação de oportunidades e inovação da Polícia Civil do Distrito Federal, conforme indicado abaixo:

PERSPECTIVA	OBJETIVO	AÇÃO	ID	AÇÃO
-------------	----------	------	----	------

PERSPECTIVA	OBJETIVO	AÇÃO	ID	AÇÃO
ESTRUTURA	04. Garantir a modernização institucional	Adotar política voltada à promoção contínua de melhorias nas instalações físicas, nos instrumentos de trabalho e demais ferramentas de suporte ao desenvolvimento da missão institucional.	O4.E1	Segurança Orgânica - Estabelecer planos e medidas de proteção à organização e a seus servidores.
			O4.E2	Gestão Patrimonial - Controlar os ativos institucionais de maneira sustentável.
			O4.E3	Gestão de Obras e Infraestrutura - Planejar e priorizar obras e reformas no órgão, implementando melhores práticas para a gestão das mesmas
			O4.E5	Prospectar a necessidade de novas unidades, bem como o modelo mais eficiente para cada edificação

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Em linhas gerais, a presente contratação visa a possibilitar a manutenção contínua dos elevadores da Polícia Civil do Distrito Federal, garantindo todas as condições de operação, conforto ambiental, higiene e segurança para o pleno funcionamento dos equipamentos do órgão, buscando a maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.

12.2. Em termos específicos, podem ser elencados os seguintes benefícios diretos e indiretos:

12.2.1. Benefícios do Planejamento da Contratação:

- Economicidade na execução dos serviços nos moldes propostos, pois existe economia de escala, aumentando a possibilidade de a Administração realizar a contratação mais vantajosa;
- Eficiência na prestação dos serviços com a contratação de empresa competente e especializada, de acordo com os critérios propostos, pelo menor preço;
- Melhoria da qualidade dos serviços de manutenção elevadores, proporcionando alta disponibilidade dos sistemas.

12.2.2. Benefícios Resultantes da prestação dos Serviços a serem contratados:

- Garantia de segurança e conforto para todos os usuários dos elevadores da CONTRATANTE.
- Aumento da confiabilidade dos sistemas, equipamentos e estruturas disponíveis.
- Aumento da vida útil, reduzindo a degradação dos equipamentos e sistemas presentes.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Considerando que a Divisão de Arquitetura e Engenharia - DAE já possui corpo técnico qualificado e capacitado para gestão e fiscalização contratual de objetos similares, não se vislumbra a necessidade de realizar capacitação específica para esse contrato.

13.2. Ademais, não foram verificadas outras providências necessárias para serem adotadas previamente.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo às boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas no âmbito da PCDF e do Distrito Federal, segundo as seguintes diretrizes:

14.1.1. Os materiais básicos empregados pela empresa deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.1.2. Sempre que haja viabilidade e desde que haja similares no mercado, deverá ser dada preferência a materiais com maior índice de eficiência energética.

14.1.3. A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, com vista a analisar se algum desses têm excessivo impacto ambiental, podendo vir a solicitar a vedação de novas compras e instalações desses produtos e materiais para preservar o meio ambiente.

14.1.4. A Contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

14.1.5. A empresa deverá retirar, sob orientação da fiscalização, todos os materiais substituídos ou rejeitados durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela Contratante, ou descarte, que será de responsabilidade da Contratada.

14.1.6. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas, cabos, restos de óleos e graxas, e outros itens inservíveis, deverão ser adequadamente separados e acondicionados para descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

14.2. Ademais, deverão ser seguidos os dispositivos contidos na Instrução Normativa nº 01 - MPOG, de 19 de janeiro de 2010.

15. NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO

15.1. Em atenção ao art. 65 do Decreto nº 44.330/2023, após avaliação, a equipe de planejamento da contratação constatou que não há necessidade de classificação deste ETP, por não haver informações que se enquadrem no rol das informações que devem ser classificadas, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), da [Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012](#), do [Decreto nº 34.276, de 11 de abril de 2013](#), que regulam o acesso a informações, e da Resolução CGTIC/PCDF nº 02, de 10/08/2022, que aprova a Política de Classificação da Informação no âmbito da PCDF.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e justificadamente necessária.

16.2. Posto isto, declara-se ser viável, justificando-se com base nos elementos acima descritos.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LOURENÇO DE LIMA - Matr.0226809-4, Diretor(a) Adjunto(a) Divisão de Arquitetura e Engenharia**, em 30/03/2026, às 17:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PALOMA OLIVEIRA NUNES - Matr.0231451-7, Agente de Polícia Civil**, em 30/03/2026, às 17:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149357373** código CRC= **0A82C335**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SPO, Lote 23, conjunto A, Bloco C, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
Telefone(s): (61) 3207-4691
Site - www.pcdf.df.gov.br